

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 061/95.



PROTOCOLO
Departamento das Comissões
Projetos de:
Lei Complementar Nº 99/95
Emenda da Lei Orgânica Nº
PROCESSO Nº

Data: 27 NOV 1995

Horário 12:15m

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

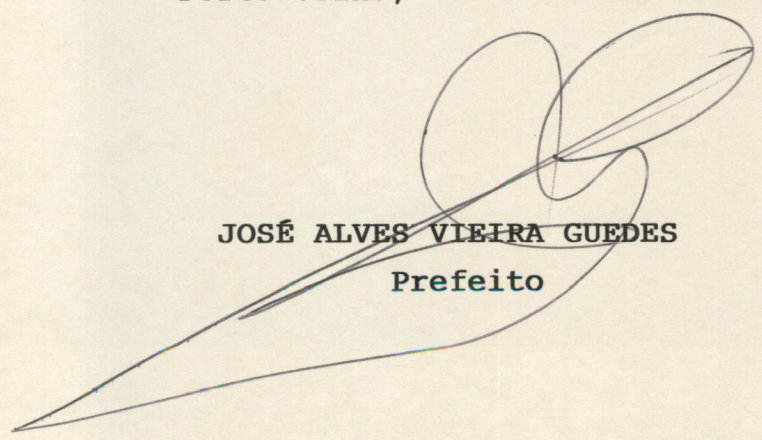
*Hoje
p/ as provisórias
23/11/95
Antônio Orlando G. do Amaral
Presidente*

Visa a presente proposição que ora submeto à sábia apreciação dessa notável Casa Legislativa, invocando o disposto no art. 66 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, adequar a cobrança do Imposto Sobre a Transmissão Inter-vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis - ITBI aos preços de mercado, visto que os valores atualmente cobrados pela Prefeitura Municipal estão completamente fora da realidade nacional, alguns, inclusive, sequer chegam a cobrir os custos operacionais.

À luz dessa realidade insofismável, há de alterar-se a Tabela I da Lei nº 1.008/91, sob pena de se causar, portanto, mais dispêndios ao tesouro municipal.

Nessa mesma linha, faz-se necessário, também, criar-se a Licença Municipal Especial, como forma de modernizar o processo de arrecadação e dar mais celeridade às ações da máquina administrativa, no campo tributário.

Porto Velho, 22 de novembro de 1995.


JOSÉ ALVES VIEIRA GUEDES
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995.

PROTOCOLO

Departamento das Comissões
Projetos de: Altera dispositivo da Lei
Lei Complementar Nº 99/95 nº 1.008, de 31 de dezem
Emenda da Lei Orgânica Nº _____ bro de 1991, e dá outras
providências.

PROCESSO Nº _____

Data: 27 NOV 1995

Horário 12:15 min

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, art. 87, combinado com o disposto no inciso IV, art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - A tabela I da Lei nº 1.008, de 31 de dezembro de 1991, passa a vigorar, conforme anexo.

Art. 2º - Fica criada a Licença Municipal Especial, conforme modelo em anexo.

Art. 3º - Fica acrescido ao art. 34 da Lei nº 1.008/91, os §§ 3º e 4º, com as seguintes redações:

"Art. 34 -

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º - para efeito de transferência de IPTU, será exigido o recolhimento do ITBI e/ ou ITCD, conforme a incidência, exceto os casos previstos na legislação pertinente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONT. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017/95.

§ 4º - A não-observância do disposto no parágrafo anterior implicará a nulidade do ato e a punição do responsável, nos termos da Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

